

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 203, DE 26 DE SETEMBRO DE 2002

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, nos termos do disposto no inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, torna público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de setembro de 2001 a agosto de 2002, constante do Anexo I desta Portaria.

Ministro NELSON JOBIM

ANEXO I

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Referência: Setembro/2001 a Agosto/2002
LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a"

| DESPESA COM PESSOAL | Despesa Liquidada | |
|--|---------------------------|-----------------------------|
| | Janeiro a Agosto de 2002 | Setembro/2001 a Agosto/2002 |
| I - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL | 29.579.422,28 | 40.406.364,92 |
| DESPESA COM PESSOAL | 33.585.249,23 | 52.486.650,00 |
| Pessoal Ativo | 23.311.447,47 | 36.044.710,79 |
| Pessoal Inativo e Pensões Civil | 10.273.801,76 | 16.441.939,21 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, §1º da LRF) | 4.005.826,95 | 12.080.285,08 |
| (-) Decisões Judiciais | - | - |
| (-) Inativos com recursos vinculados | 3.080.733,46 | 8.712.249,16 |
| (-) Indenizações por Demissão | - | - |
| (-) Despesas de Exercícios Anteriores | 925.093,49 | 3.368.035,92 |
| II - OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL (art. 18, §1º da LRF) | - | - |
| TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I + II) | 29.579.422,28 | 40.406.364,92 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 132.390.159.000,00 | 189.627.941.000,00 |
| % DO TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL | 0,022342614 | 0,021308234 |
| LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - % 0,04183115 | 55.380.326,00 | 79.323.548,44 |
| LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - % 0,04403279 | 58.295.080,69 | 83.498.473,04 |
| LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) - % 0,03525210 | 46.670.311,24 | 66.847.831,39 |

Fonte: SIAFI

SALATIEL GOMES DOS SANTOS
Secretário de Administração

INALDO DE VASCONCELOS SOARES
Secretário de Controle Interno

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS
Diretor-Geral

(Of. El. Nº 521/2002)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 19 DE SETEMBRO DE 2002

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, inciso XX, do Regimento Interno, "ad referendum" do Conselho de Administração e em atendimento ao disposto no inciso III, art. 54, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º. Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Quadrimestre do exercício financeiro de 2002, na forma do anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no § 2º, art. 55, da referida lei.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro NELSON NAVES

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2001 A AGOSTO/2002

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a"

| DESPESA COM PESSOAL | RS milhares | |
|--|---------------------|---------------------|
| | DESPEZA LIQUIDADADA | |
| | jan a ago/2002 | set/2001 a ago/2002 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I) | 137.375 | 216.720 |
| Pessoal Ativo | 124.467 | 195.576 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 65.582 | 100.270 |
| Despesas Não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) | 52.674 | 79.126 |
| (-) Decisões Judiciais | 3.038 | 3.195 |
| (-) Inativos com Recursos Vinculados | 27.184 | 34.837 |
| (-) Despesas de Exercícios Anteriores | 22.452 | 41.094 |
| OUTRAS DESPDE PESSOAL (art.18, §1º da LRF) (II) | - | - |
| TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II) | 137.375 | 216.720 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 132.390.159 | 189.627.941 |
| % DO TOTAL DA DESP. LÍQ. C/PESSOAL SOBRE A RCL | 0,1038% | 0,1143% |
| LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) <0,2133%> | 282.388 | 404.476 |
| LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) <0,1783%> | 236.052 | 338.107 |
| LIMITE LEGAL (alínea b, inciso I, art. 20 da LRF) <0,2245%> | 297.216 | 425.715 |

Fonte: SIAFI

Responsáveis pela administração financeira e controle interno

TADEU DE SIQUEIRA OTTONI
Secretário de Administração e Finanças

JOSÉ ROBERTO RESENDE
Diretor-Geral

HUMBERTO BOSCO LUSTOSA BARREIRA
Secretário de Controle Interno

(Of. El. nº 204/02)

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 277, DE 25 DE SETEMBRO DE 2002

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e no § 1º do art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ad referendum, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2002, na forma do ANEXO, a ser publicado e disponibilizado na Internet, para acesso público, de acordo com os termos do § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro NILSON NAVES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
ÓRGÃO 12000 - JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2001 A AGOSTO DE 2002

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a"

| DESPESA DE PESSOAL | RS Milhares | |
|---|-------------------------------------|--|
| | DESPESA LIQUIDADADA | |
| | ATÉ O QUADRIMESTRE (JAN A AGO/2002) | ÚLTIMOS 12 MESES (SET/2001 A AGO/2002) |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I) | 941.092,81 | 1.432.956,16 |
| Pessoal Ativo | 1.046.412,33 | 1.607.579,88 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 228.691,27 | 324.876,54 |
| Despesas não Computadas (art. 19, § 1º, da LRF): | | |
| (-) Decisões Judiciais | 0,00 | 0,00 |
| (-) Inativos com recursos vinculados | 134.268,67 | 168.743,05 |
| (-) Indenizações por Demissão | 0,00 | 0,00 |
| (-) Despesas de exercícios anteriores | 199.742,12 | 330.757,21 |
| OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL (art. 18, § 1º, da LRF) (II) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II) | 941.092,81 | 1.432.956,16 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 132.390.159,00 | 189.627.941,00 |
| % do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL | 0,71% | 0,76% |
| LIMITE PRUDENCIAL (art. 22, § único, da LRF) <1,14%> | 1.509.247,81 | 2.161.758,53 |
| LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) <1,10%> | 1.456.291,75 | 2.085.907,35 |
| LIMITE LEGAL (art. 20, I, b, da LRF) <1,20%> | 1.588.681,91 | 2.275.535,29 |

FONTE: SIAFI Gerencial

Brasília, 25 de setembro de 2002.
RUBENS LUIZ MURGA DA SILVA
Secretário-Geral

MARILENE NUNES DA SILVA
Secretária de Planejamento, Orçamento e Finanças
Em exercício

CLÁUDIO MACHADO PINTO
Secretário de Controle Interno

(Of. El. nº 190/02-DICOM)

PORTARIA Nº 103, DE 26 DE SETEMBRO DE 2002

Altera a Portaria nº 080, de 09 de novembro de 1999, que cria o Programa de Controle Médico-Odontológico de Saúde Ocupacional - PCMOSC no âmbito do Conselho da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e regimentais e considerando a necessidade de adequar o Programa de Controle Médico-Odontológico de Saúde Ocupacional - PCMOSC às normas do Regulamento Geral do Programa de Assistência aos Servidores do Superior Tribunal de Justiça - PRO-SER, resolve:

Art. 1º Os arts. 1º e 3º da Portaria nº 080, de 09 de novembro de 1999, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º.....
I -
II - exame periódico a ser realizado nos meses de setembro, outubro e novembro, tendo por objetivo avaliar as condições de saúde dos servidores relacionadas com suas atividades laborativas e de vida diária, com periodicidade de 24 meses para os servidores com idade inferior a 45 anos e a de 12 meses para os servidores com idade superior a 45 anos, mediante iniciativa da Subsecretaria de Serviços Integrados de Saúde - SUSIS, que solicitará os seguintes procedimentos médicos:

- a) servidores com idade inferior a 45 anos:
 1. anamnese e exame físico;
 2. exames laboratoriais:
 - 2.1. hemograma completo;
 - 2.2. glicemia;
 - 2.3. perfil lipídico;
 - 2.4. TGP, TGO e GGT;
 - 2.5. EAS;
 - 2.6. exame ginecológico com colpocitologia, a ser realizado opcionalmente por profissional da SUSIS;
 - 2.7. TSH, que será solicitado tão-só das servidoras com idade acima de 35 anos;
 3. consulta cardiológica, a ser realizada exclusivamente por profissional da SUSIS;

- b) servidores com idade igual ou superior a 45 anos:
 1. anamnese e exame físico;
 2. exames laboratoriais:
 - 2.1. hemograma completo;
 - 2.2. glicemia;
 - 2.3. ácido úrico;
 - 2.4. uréia;
 - 2.5. creatinina;
 - 2.6. perfil lipídico;
 - 2.7. TGP, TGO e GGT;
 - 2.8. CEA - antígeno carcinoembriogênico;
 - 2.9. EAS;
 - 2.10. PSA (para homens);
 - 2.11. TSH (para as mulheres);
 3. consulta ginecológica com exame colpocitológico, a ser realizado opcionalmente por profissional da SUSIS;
 4. consulta cardiológica, a ser realizada exclusivamente por profissional da SUSIS.

c) por ocasião do exame periódico, também será solicitada mamografia às servidoras observada a seguinte periodicidade:

1. com idade de 35 anos a 39 anos, uma única vez;
2. a partir dos 40 anos, a cada convocação." (NR)

"Art. 3º Os exames previstos nesta Portaria serão custeados com recursos orçamentários do Conselho da Justiça Federal, portanto, sem ônus para os servidores, de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária.

Parágrafo único. Os exames complementares decorrentes da realização dos procedimentos previstos nesta Portaria obedecerão às disposições do Regulamento Geral do Programa de Assistência aos Servidores do STJ - PRO-SER, e normas complementares."(NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se os incisos III, IV e VI do art. 1º e o art. 2º da Portaria nº 080/99.

Ministro NILSON NAVES

(Of. El. nº 192/02-DICOM)

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO Nº 16.198, DE 25 DE SETEMBRO DE 2002

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O DOUTOR OLYMPIO PEREIRA DA SILVA JUNIOR, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, Usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, resolve:



Art. 1º Aprovar o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO, para o período de janeiro a agosto de 2002, e determinar a sua publicação conforme prescreve o artigo 55 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), de 04/05/00, devidamente preenchido segundo as prescrições da portaria 559/STN, de 14.12.2001 e da Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28.08.2002, conforme quadro anexo.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

OLYMPIO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2002 a AGO / 2002
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a".
RS Milhares

| Despesa de Pessoal | Despesa Liquidada | |
|--|-------------------|--------------------|
| | Últimos 12 Meses | Até o Quadrimestre |
| Despesa Líquida com Pessoal (I) | 107.130,07 | 78.063,81 |
| Pessoal Ativo | 53.459,83 | 36.205,54 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 69.634,73 | 49.451,16 |
| Despesas Não Computadas | (32.067,86) | (8.756,41) |
| (-) Precatórios | 0,00 | 0,00 |
| (-) Inativos com Recursos Vinculados | (15.964,49) | (7.592,89) |
| (-) Indenização por Demissão | 0,00 | 0,00 |
| (-) Art. 19, § 1º, IV - Ex. Anteriores | (16.103,38) | (1.163,52) |
| Outras Despesas de Pessoal (art. 18, § único, II) | 0,00 | 0,00 |
| Total da Despesa Líquida de Pessoal (I+II) | 91.026,70 | 76.900,29 |
| Receita Corrente Líquida - RCL | 189.627.941,00 | 132.390.159,00 |
| % do Total da Despesa Líquida c/ Pessoal sobre a RCL | 0,0480% | 0,0581% |
| Limite Prudencial (art. 22, § único da LRF) | 0,0968% | 0,0968% |
| Limite Permitido (art. 71 da LRF) | (13,0384%) | 5,2285% |
| Limite Legal (art. 20, incisos I, II e III) | 0,1019% | 0,1019% |

Observações:

- (1) Dados do SIAFI2001 e SIAFI2002, de 20.09.2002.
- (2) RCL publicada pela Portaria nº 449 / STN, de 13.09.2002.
- (3) Limite Prudencial - LRF = 95 % do Limite Legal = 0,0968%
- (4) Limite Permitido - LRF = 0,0552%, com variação máxima de 10,0 % , apurado em 2001.
- (5) Limite Legal - LRF = índice de participação da JMU na RCL
- (6) Não foram descontados os valores relativos ao reajuste linear de 3,5 % e os valores referentes a aplicação das Leis 10.474 e 10.475/2002.

2 - LRF, art. 55, inciso II.

Nada a informar, considerando que as despesas em causa não ultrapassaram os limites estabelecidos.

3 - LRF, art. 54, inciso III e parágrafo único (assinaturas) .

OLYMPIO PEREIRA DA SILVA JUNIOR
Ministro-Presidente

RENATO JOSÉ DO VALLE CASTRO
Diretor-Geral

AFONSO IVAN MACHADO
Secretário de Planejamento e Controle

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Assessor de Controle Interno

(Of. El. nº 16ADidoc02)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 520, DE 24 DE SETEMBRO DE 2002

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III e parágrafo único do art. 54, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, constante do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Publique-se e registre-se.

Des. MÁRIO GURTYEV DE QUEIROZ

ANEXO ÚNICO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2001 A AGOSTO/2002

| LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a" | Em RS 1.00 | |
|---|-----------------------|-----------------------------|
| | JANEIRO A AGOSTO/2002 | SETEMBRO/2001 A AGOSTO/2002 |
| DESPESA COM PESSOAL | | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I) | 5.481.884,48 | 8.004.651,55 |
| DESPESA COM PESSOAL | 5.603.530,80 | 8.798.708,01 |
| Pessoal Ativo | 5.488.951,85 | 8.576.023,15 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 114.578,95 | 222.684,86 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) | 121.646,32 | 794.056,46 |
| (-) Precatórios (Sent. Judiciais), ref. ao período anterior de apuração | - | - |
| (-) Inativos com recursos vinculados | 114.578,95 | 170.158,86 |
| (-) Indenizações por Demissão | - | - |
| (-) Despesas de Exercícios Anteriores | 7.067,37 | 623.897,60 |
| OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL (art. 18, § 1º da LRF) (II) | - | - |
| TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I + II) | 5.481.884,48 | 8.004.651,55 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 132.390.159.000,00 | 189.627.941.000,00 |
| % do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL | 0,0041 | 0,0042 |
| LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) - %0,0046 | 6.089.947,31 | 8.722.885,29 |
| LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - %0,0075 | 9.929.261,93 | 14.222.095,58 |
| LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - %0,0078 | 10.326.432,40 | 14.790.979,40 |

FONTE: TSE/SOF/CCO e SIAFI

JUAREZ TÁVORA P. DO NASCIMENTO
Gestor Financeiro

ANNETE MARTINS PINA
Coordenadora de Controle Interno

Des. MÁRIO GURTYEV DE QUEIROZ
Presidente

(Of. El. nº 27)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 799, DE 25 DE SETEMBRO DE 2002

O Excelentíssimo Senhor Desembargador ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO, Presidente do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o disposto no inciso III do Art. 54 e § 2º do Art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4/5/2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte de Justiça Especializada, do período de setembro/2001 a agosto/2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO

| LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a" | Valores em Milhares | |
|---|-----------------------|-----------------------------|
| | JANEIRO A AGOSTO/2002 | SETEMBRO/2001 A AGOSTO/2002 |
| DESPESA COM PESSOAL | | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I) | 12.306 | 18.167 |
| DESPESA COM PESSOAL | 14.131 | 21.699 |
| Pessoal Ativo | 12.393 | 18.971 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 1.739 | 2.728 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) | 1.826 | 3.532 |
| (-) Precatórios (Sent. Judiciais), ref. ao período anterior de apuração | - | - |
| (-) Inativos com recursos vinculados | 1.170 | 1.325 |
| (-) Indenizações por Demissão | - | - |
| (-) Despesas de Exercícios Anteriores | 656 | 2.207 |
| OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL (art. 18, § 1º da LRF) (II) | - | - |
| TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I + II) | 12.306 | 18.167 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 132.390.159 | 189.627.941 |

| | | |
|---|--------|--------|
| % do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL | 0,0093 | 0,0096 |
| LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) - % 0,0111 | 14.695 | 21.049 |
| LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - % 0,0159 | 21.050 | 30.151 |
| LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - % 0,0167 | 22.109 | 31.668 |

FONTE: TSE/SOF/CCO e SIAFI

HUGUETTE SAUNDERS FERNANDES SANTOS
Secretária de Administração e Orçamento

CYNTHIA EDWARDS MOUTA
Coordenadora de Controle Interno
Em exercício

HENRIQUE CERF LEVY NETO
Diretor-Geral

Des. ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO
Presidente

(Of. El. nº 089)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PORTARIA Nº 452, DE 23 DE SETEMBRO DE 2002
(Publicado no D.O.U. de 25-9-2002)

ANEXO (*)

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - ANEXO I
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2001 A AGOSTO/2002

| LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a" | RS Milhares | |
|--|-----------------------|-----------------------------|
| | Janeiro a Agosto/2002 | Setembro/2001 A Agosto/2002 |
| DESPESA COM PESSOAL | | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I) | 37.573 | 53.442 |
| Despesa com Pessoal | | |
| Pessoal Ativo | 26.578 | 42969 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 11.188 | 17807 |
| Despesas não Computadas (art.18, § 1º da LRF) | | |
| (-) Decisões Judiciais | - | - |
| (-) Inativos com Recursos Vinculados | 179 | 3408 |
| (-) Indenizações por Demissão | - | - |
| (-) Despesas de Exercícios Anteriores | 14 | 3926 |
| Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, § 1º da LRF) (II) | - | - |
| TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I + II) | 37.573 | 53.442 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 132.390.159 | 189.627.941 |
| % do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre RCL | 0,0284 | 0,0282 |
| LIMITE PRUDENCIAL (art. 22, parágrafo único) | 69.108 | 98.986 |
| LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) | 42.762 | 61.250 |
| LIMITE LEGAL (art. 20, incisos I, II e III) | 72.815 | 104.295 |

FONTE: SIAFI

Nota: Percentuais dos limites:

| | |
|-------------|--------|
| Prudencial: | 0,0522 |
| Permitido | 0,0323 |
| Legal: | 0,0550 |

Des. MANOEL MOREIRA
Presidente

RAIMUNDO DE CAMPOS VIEIRA
Diretor-Geral

EUDILZA FREITAS DE SENA
Secretária de Orçamento e Finanças
Substituta

ISMÊNIA ANEZIA DE SOUZA
Coordenadora de Controle Interno

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no D.O.U. nº 186, de 25-9-2002, Seção 1, pag. 230.

(Of. El. nº 992002)